

Ata número onze

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia de Freguesia de Vila Caiz, nas instalações do Jardim de Infância de Vila Caiz, pelas nove horas e trinta minutos, no cumprimento do disposto do Artigo dezanove da Lei nº 169/99 de dezoito de Setembro, com alteração da redação na Lei nº 5-A/2002, convocada pelo Presidente da Assembleia, Joaquim Fernando Peixoto Moreira, que deu por aberta a décima primeira Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia para o mandato de dois mil e treze a dois mil e dezassete, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Período antes da ordem do dia;

Ponto dois: Aprovação da ata da Assembleia anterior;

Ponto três: Análise e discussão do relatório das actividades da Junta de Freguesia e da sua situação financeira;

Ponto quatro: Período destinado ao público.

Estavam presentes os seguintes elementos:

Assembleia de Freguesia:

Presidente: Joaquim Fernando Peixoto Moreira

Primeiro secretário: Vera da Conceição da Silva Belchior

Segundo secretário: Dalila Andreia

Vogal: Henrique Fonseca

Vogal: Artur Nogueira

Vogal: António Peixoto

Vogal: Paulo Cerqueira

Vogal: Fernando Vieira

Junta de Freguesia

Presidente: António Jorge Ricardo

Tesoureiro: José Ferreira

O Presidente da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes, agradecendo a sua presença. Informou que se trata da décima primeira assembleia do novo mandato e que se realiza nas instalações do Jardim-de-infância, uma vez que a EB1 Igreja se encontra em remodelação.

Discussão da ordem de trabalhos

Ponto um – Período antes da Ordem do Dia.

Vera Belchior cumprimentou os presentes e felicitou o executivo pelos variados arranjos nas vias públicas; alertou para o facto de algumas bermas, nomeadamente da parte inferior da freguesia, necessitarem de limpeza.

António Peixoto cumprimentou os presentes e questionou acerca das obras na EB1, Anfiteatro e Parque de estacionamento da igreja.

Fernando Vieira cumprimentou os presentes e questionou acerca do Largo de Vilarinho e dos fontanários de Vilarinho e Passinhos.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta, que começou por cumprimentar os presentes e agradecer a sua presença.

Relativamente à primeira intervenção, o Presidente da Junta agradece as palavras. Refere que não é fácil manter a freguesia toda limpa e que as condições climatéricas também não têm facilitado a intervenção. Por outro lado, existe apenas um trabalhador afecto a este tipo de serviço e cuja disponibilidade está muito condicionada, uma vez que também é solicitada a sua colaboração pelas mais diversas entidades da freguesia. A junta não pretende contratar mais ninguém, para não agravar a situação financeira. Prevê que no mês de Julho consigam manter os espaços públicos mais asseados.

Relativamente à segunda intervenção, refere que as obras na EB1 estão em bom ritmo e que se prevê o seu término até ao final de Julho, para que no arranque do novo ano lectivo esteja tudo em

conformidade. Prevê-se a entrega do projecto do anfiteatro até ao final do mês de Junho e será delineada uma apresentação à população. Relativamente ao parque de estacionamento, o projeto encontra-se na fase final, sendo o projetista o mesmo que está a conceber o projeto para a Igreja. Prevê-se o início de obras para Setembro. Realça-se mais uma vez que o terreno é cedido pela paróquia.

O processo do arranjo do largo de vilarinho arrasta-se desde 2011, altura em que foi enviado um ofício à Refer, a solicitar permissão para a intervenção no espaço. Foi solicitada pela empresa uma série de documentação, foram feitas várias diligências, inclusive a planificação de um projecto. Como entretanto a CMA tinha a pretensão de conseguir que o comboio regressasse à cidade e para não haver colisão de projectos, ficou em *stand by*. Entretanto foi dada a garantia por parte da autarquia para a execução da obra, no entanto, é necessária a autorização por parte da Refer, que embora apesar das insistências da Junta de Freguesia quase diariamente para conseguir contactar com os elementos da empresa, não estamos a ter grande sucesso. Segundo informação da Refer, este tipo de processos arrasta-se em média cerca de seis a sete anos.

No que diz respeito aos fontanários, o que está próximo da estação, está em normal funcionamento, tendo nos últimos anos sofridos algumas intervenções, o de Passinhos está desactivado há vários anos e não se prevê qualquer intervenção no mesmo.

Ponto dois - Aprovação da ata da Assembleia anterior

Como tem sido hábito, a acta foi enviada ao representante da bancada do PS para que a lesse e sugerisse algumas alterações. A acta foi enviada a todos os elementos, tendo o presidente da assembleia pedido desculpa pelo eventual atraso no envio da documentação.

Não foram sugeridas alterações, logo, foi colocada à votação, tendo sido aprovada com três abstenções e seis votos a favor. As abstenções são justificadas pela ausência na assembleia anterior.

Ponto três: Análise e discussão do relatório de actividades da Junta de Freguesia e da sua situação financeira

O presidente da assembleia deu a palavra ao presidente da junta, que foi elencando algumas obras que foram feitas, nomeadamente arranjos em várias ruas e o projecto para a construção do parque de estacionamento da igreja. Ressalva ainda as iniciativas de natureza lúdica e cultural, que têm sido

dinamizadas na freguesia e que pretendem abranger toda a população. Agradece publicamente a participação e o empenho de todos nas Marchas do Junho e em particular à carpintaria da Feitoria. Informa que no dia 23 de Julho haverá a actuação das marchas na Senhora da Graça.

Está previsto no orçamento da CMA o arranjo da Rua da Pena. Salaria que sem o apoio da CMA muitas das obras não seriam possíveis. Agradece o investimento que tem sido feito pela autarquia, que é de valor considerável.

A situação financeira é positiva, no entanto podia ainda ser melhor, não fosse o arranjo da Rua do Vale da Loira. Vai iniciar brevemente o arranjo da Rua do Canto. O processo de electrificação da Rua das Infincas ainda está demorado, devido a problemas burocráticos.

Vera Belchior congratulou o executivo pelas obras desenvolvidas e pelas várias iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas.

O presidente da assembleia congratula-se pela participação nas marchas e refere que, ao longo da actuação, as pessoas foram dando os parabéns à freguesia, tanto pelo tema, como pelas roupas ou coreografia.

Os membros da bancada do PS congratularam-se pelas obras desenvolvidas pela junta.

Ponto quatro: Período destinado ao público

Intervenção da D. Maria de Lurdes, que pede ao executivo para virar a porta de entrada da casa mortuária, para o sentido inverso ao actual. Alega não se sentir à vontade em sua casa, ter perdido a privacidade e quando há um funeral, ouve os gritos dos familiares e vê a urna. Anda a ser acompanhada num psicólogo e diz que sente grande prejuízo na sua vida pessoal e familiar, após a construção da casa mortuária.

O presidente da assembleia diz que deve haver compreensão por parte dos cidadãos, pois há situações que não são tão agradáveis mas que devem ser atendidas como benéficas para a população.

O presidente da junta louva a participação da cidadã na assembleia mas critica o facto de só ter vindo nesta altura, dado que a casa mortuária já está construída e a ser utilizada.

Uma carta é entregue por António Peixoto ao presidente da junta, sendo o seu conteúdo uma resposta da Provedoria de Justiça a uma interpelação da cidadã, relativamente ao seu desagrado em relação à construção da Casa Mortuária em frente à sua habitação.

O presidente da junta fez um breve resumo de como decorreu o processo até à presente data: desde dois mil e treze que a D. Maria de Lurdes recorreu a várias instâncias, organizou abaixo-assinados e contactou diversas pessoas, não tendo no entanto vindo falar com a junta ou com os membros da assembleia de freguesia. Refere ainda ter passado maus bocados por causa desta situação. Embora a primeira opção para a construção da casa mortuária não tivesse sido lá, o terreno foi cedido e não havia outra alternativa viável.

O presidente da assembleia lamenta não ter tido conhecimento do teor da carta antes da assembleia, para poder ter colocado um ponto na agenda de trabalhos, para que o assunto fosse mais aprofundado.

O Presidente da junta leu a carta em voz alta. O teor da mesma refere os argumentos de todas as partes envolvidas no processo, nomeadamente a D. Lurdes, a junta e a CMA. Da decisão consta *“...a situação reclamada não constitui um prejuízo anormal ou inusitado para V. Exa. que não seja inerente aos riscos correntes da vida em sociedade...foi dada por concluída a apreciação da queixa de V. Exa.”* Como tal, e tendo em conta a forma como o processo decorreu (a ida à assembleia foi o último recurso a que a cidadã recorreu), o executivo diz nada mais ter a dizer sobre o assunto e não abrirá a porta no sentido contrário da já existente. O presidente da junta alerta a D. Maria Lurdes para que não sejam noticiados mais incidentes na via pública, provocados pela mesma, sob pena de ter de denunciar a situação.

A D. Maria de Lurdes pede para abrir a porta com o sentido oposto da já existente ou para colocar cedros em frente à porta da entrada. Diz não querer que lhe coloquem uns portões na casa, pois isso não resolverá o problema da visibilidade. Alega ainda que nunca teve conhecimento de que a obra iria arrancar.

Vera Belchior argumenta que há construções que não são do agrado da população, nomeadamente a ETAR, aterros sanitários, negócios locais ou mesmo prédios altos, mas desde que não interfiram com a privacidade das pessoas, deverão ser aceites.

O tesoureiro pediu a palavra para se dirigir á D. Lurdes, alertando à sua consciência, uma vez que a senhora terá feito desacatos à ordem pública em alguns funerais. Argumenta que a junta fez de tudo para que a construção do edifício não afectasse a visibilidade da cidadã.

Para terminar, e já indo longo o debate de ideias, o presidente da assembleia reitera que os assuntos devem ser resolvidos na assembleia.

Intervenção do Eng. Luís Magalhães, que questiona o executivo sobre o abate de uma árvore no largo de vilarinho. Relativamente ao assunto anterior, refere que também não foi do seu agrado a construção da ETAR no local onde se encontra actualmente, bem como a localização de um contentor do lixo em frente à sua porta ou a igreja e o cemitério, em dias de funeral.

António Peixoto diz não lhe agradar as palavras do Eng. Magalhães, referindo que devemos respeitar todas as opiniões.

O presidente da junta refere que a árvore foi abatida, após um longo processo de análise da mesma, pela arquitecta da CMA, uma vez que tinha doença no tronco. O projecto para arranjo do largo vai ter em atenção as árvores.

Nada mais havendo a tratar, deu o senhor Presidente da Assembleia a reunião por encerrada pelas onze horas e trinta minutos, que para que conste e fazer fé, se lavrou a presente ata, que depois de lida e tida por conforme, vai ser assinada pela mesa, Vila Caiz, vinte e seis de junho de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Fernando Peixoto Moreira

O Primeiro Secretário

Vera da Conceição da Silva Belchior

Segundo secretário:
